



GOVERNO DA CIDADE DE

# INHUMAS

CONSTRUINDO O FUTURO

ADM. 2025 À 2028

Declaramos para os devidos fins que a LEI nº. 3.490/2025 foi devidamente publicada no placard oficial no período de 27/03/2025 a 27/04/2025.

*ITAMAR JÚNIOR FLÓRES DE PAULA*  
Secretário de Gestão

## LEI Nº 3.490 DE 27 DE MARÇO DE 2025.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar frações ideais de terreno de sua propriedade para o Programa Pra Ter Onde Morar - AGEHAB e dá outras providências”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INHUMAS, ESTADO DE GOIÁS,** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Objetivando promover a construção de moradias destinadas à população do município, com renda de 0 a 1 salário mínimo, conforme critérios do Programa Pra Ter Onde Morar – modalidade Construção, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a DOAR às pessoas selecionadas e sorteadas 128 unidades, frações ideais do setor Atlântico Sul, Residencial Palmeira e Residencial Raíza resultantes da instituição de condomínio efetivada após a execução das obras de habitação coletiva.

**§ 1º** – O terreno, por ser destinado às famílias carentes e as que se enquadram em programas habitacionais subsidiados, é considerado Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

**§ 2º** – A doação autorizada por esta lei somente poderá ocorrer após a conclusão da obra e seleção dos beneficiários, conforme previsto nesta Lei.

**Art. 2º** - As pessoas beneficiárias da doação dos lotes constantes do artigo 1º desta Lei, serão selecionadas de acordo com os seguintes critérios:

- I.** Possuir renda mensal familiar de até 1 (um) salário mínimo;
- II.** Não ser proprietárias, cessionárias ou promitente compradoras de imóvel de qualquer natureza;
- III.** Não ter recebido do Estado de Goiás nenhum benefício referente a casa, a apartamento ou a recursos para construção;
- IV.** Ser maior de 18 anos ou emancipado;
- V.** Comprovar vínculo mínimo de três (3) anos, com o Município onde será concedido o benefício;
- VI.** Ter inscrição ativa no Cadastro Único – CadÚnico no Município para o qual pleiteia o benefício; e,
- VII.** Residir no Município para o qual pleiteia o benefício;



*ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA*  
Secretário de Gestão

**Art. 3º** - O referido terreno objeto de doação do Poder Executivo Municipal será utilizado em caráter exclusivo para a construção de unidades habitacionais de interesse social.

**Art. 4º** - O início do processo de abertura das inscrições para seleção das famílias a serem beneficiadas se dará com a autorização da AGEHAB, em momento oportuno considerando o andamento da obra.

**Art. 5º** - O Edital de Seleção tem como objetivo tornar público a forma e os critérios para seleção de candidatos ao benefício de doação de unidades habitacionais a custo zero, devendo, para tanto, preencherem os critérios da Lei Estadual nº 21.219, de 29 de dezembro de 2021.

**Parágrafo Único:** O sorteio é etapa obrigatória do procedimento de seleção de beneficiários, conforme § 2º do artigo 4º da Lei 21.219/2021, e acontecerá em data constante no cronograma que integrará o Edital de Seleção.

**Art. 6º** - Na distribuição de unidades habitacionais observar-se-á a seguinte reserva de cotas por imposição legal:

**I.** 3% (três por cento) destinados à inscritos titulares/cônjuges idosos, que são aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, conforme o inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, do Estatuto do Idoso;

**II.** 3% (três por cento) destinados às pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência; e,

**III.** 5% (cinco por cento) destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica – MVVD, que são aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas na Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nos termos constantes da Lei Estadual nº 21.525/2022.

**Parágrafo primeiro:** Caso a aplicação dos percentuais previstos nos incisos I, II e III do caput do artigo 6º resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

**Parágrafo segundo:** O sorteio dos candidatos de reservas de cotas por imposição legal precede o sorteio do Grupo Geral.

**Art. 7º** - Os imóveis, objetos da doação, ficarão isentos de recolhimento dos seguintes tributos e taxas:

**I.** ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência do imóvel, objeto da doação;





GOVERNO DA CIDADE DE

**INHUMAS**

CONSTRUINDO O FUTURO

ADM. 2025 À 2028

Declaramos para os devidos fins que a LEI nº. 3.490/2025 foi devidamente publicada no placard oficial no período de 27/03/2025 a 27/04/2025.

*ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA*  
Secretário de Gestão

**II. IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano, durante todo o período de construção (carência).

**III. TAXAS** de ALVARÁ de Construção e posterior HABITE-SE ao termino do empreendimento residencial.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 27 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2025.**

*José Essado Neto*  
**JOSÉ ESSADO NETO**

Prefeito de Inhumas

*Itamar Júnior Flôres de Paula*  
**ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA**

Secretário de Gestão